



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**DIREITOS E VANTAGENS**

NOME DO SERVIDOR:

MATRÍCULA(SIAPE):

CARGO:

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

UNIDADE:

CPF:

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

E-MAIL:

TELEFONE:

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

**BENEFÍCIO REQUERIDO NA PROGEP:**

Auxílio Natalidade

\*Cadastro de dependente para: (CPF obrigatório)

Licença Gestante (120 dias)

( ) Imposto de Renda

Licença Gestante – Prorrogação (60 dias)

( ) Pré-Escolar

Licença Adotante

( ) Acompanhamento de Familiar Enfermo

Licença Paternidade (5 dias)

Nome: \_\_\_\_\_

Licença Paternidade – Prorrogação (15 dias)

\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

\*Obs: é obrigatório anexar CPF do dependente

**BENEFÍCIO REQUERIDO NA PERÍCIA MÉDICA:**

Licença Saúde

Licença para acompanhamento de familiar enfermo

Isenção de Imposto de Renda por doença especificada em lei (apenas para inativos)

Outro (especificar): \_\_\_\_\_

Pelotas, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura

**ESPAÇO DESTINADO PARA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**

Espaço destinado à PROGEP:

Recebido em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

CONDIC: \_\_\_\_\_



**Documentos obrigatórios:**

**Cadastro de Dependentes:** O CPF do dependente é obrigatório para seu cadastramento e se possuir RG, entregar, também, uma cópia frente e verso. E, entregar juntamente:

- **Imposto de renda:** Anexo I – Declaração de Dependência Econômica (próxima página). No caso de cônjuge, apresentar cópia da Certidão de Casamento ou de União Estável, de acordo com o estado civil;
- **Auxílio Pré escolar :** cópia da certidão de nascimento;
- **Acompanhamento de Familiar Enfermo:** cópia de certidão de nascimento e/ou casamento.

**Auxílio Natalidade:** cópia simples de certidão de nascimento e CPF do recém nascido;

**Licença Paternidade:** cópia simples da certidão de nascimento e CPF do recém nascido;

**Licença Adotante:** Termo de guarda do menor adotado, cópia simples do CPF (obrigatório) do mesmo e uma cópia simples, frente e verso, do RG (se possuir);

**Licença-Gestante:** atestado do médico-obstetra referente à gestante no 8º mês ou cópia simples da certidão de nascimento e CPF do recém nascido;

**Licença-Saúde** – atestado com diagnóstico de doença (CID), com data de início e período de afastamento, assinado e carimbado pelo médico e encaminhado, no máximo, até 72h após o início do afastamento;

**Licença para acompanhamento de familiar enfermo:** cópia de documento comprobatório de parentesco (certidão de nascimento, casamento ou RG) e atestado, declarando que o paciente necessita do acompanhamento do pai/mãe, filho(a) ou esposo(a), com anotação de identificação de diagnóstico (CID), data de início e período do afastamento, carimbo do médico e encaminhado, no máximo, até 72h após o início do afastamento;

**Isenção de Imposto de Renda por doença especificada em lei (apenas para inativos):** atestado do médico responsável pelo tratamento do servidor, com anotação do CID ou detalhamento da doença, acompanhado de exames atualizados à data da solicitação;



**ANEXO 1**

**DECLARAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, declaro que \_\_\_\_\_ é meu (minha) \_\_\_\_\_

(pai, mãe, padrasto, madrasta) e vive sob minha **dependência econômica**, visto **não perceber** rendimento do trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento de aposentadoria, superior ao limite de isenção mensal (art. 35, da Lei nº 9.250, de 26/12/1995).

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei.

---

Local e data

---

Assinatura

**Código Penal – art. 299**

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos...”

---